



PREFEITURA DE
CAMPINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA E INCLUSÃO
SOCIAL – Vigilância Socioassistencial

PERFIL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO EM CAMPINAS

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social

José Fernando Bortholotto

Estatístico

Julho de 2016



Introdução

O presente estudo visa apresentar o perfil das pessoas e famílias de Campinas a partir das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) da cidade de Campinas/SP, nos moldes e aspectos abordados pela obra “Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013” publicada pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS).

Os dados referentes ao município de Campinas foram extraídos das bases oficiais de divulgação do MDS em Abril/2016, considerando a apuração até o mês de Dezembro/2015, enquanto os dados gerais do Brasil, utilizados eventualmente em comparativos nesta obra, foram os do Perfil de 2013.

É um trabalho que se pretende atualizar anualmente e, cujo formato, inicialmente baseado na obra do Perfil de 2013, possa adquirir e incorporar as particularidades de Campinas para futuros estudos.

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm:

- renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou
- renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Suas informações são regulamentadas pelo [Decreto nº 6.135/07](#), pelas [Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011](#), e [nº 274, de 10 de outubro de 2011](#), e [Instruções Normativas](#)



[nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011](#), e as [Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011](#), e podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

A partir da unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF), o Cadastro Único inicia sua trajetória concreta de tornar visíveis as famílias mais pobres do País. A gestão e a coordenação estratégica em nível federal deste instrumento estão atreladas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Todas as esferas subnacionais, a saber estados, municípios e DF, participam da gestão do Cadastro Único: os estados são responsáveis por ofertar os programas para a população cadastrada e, principalmente, por apoiar tecnicamente os municípios. Estes, por sua vez, responsabilizam-se por identificar as famílias mais pobres, cadastrando-as e mantendo seus dados atualizados.

Já a responsabilidade por desenvolver e manter o sistema operacional do Cadastro Único é da Caixa Econômica Federal (Caixa), que é o Agente Operador do Programa. A atuação do MDS na coordenação das atribuições da Caixa, assim como do processo de cadastramento realizado pelos municípios e da gestão da informação cadastral foi gradativamente se aperfeiçoando no período de 2004 a 2013. Ao longo desse processo, a parceria entre os três níveis de governo e a Caixa possibilitou a consolidação do que hoje se constitui em uma das maiores e mais fidedignas bases de dados relativas à população de baixa renda do mundo.

Sobretudo a partir de 2005, observa-se um processo de rápida expansão e qualificação das informações do Cadastro Único, que foi possível, principalmente, em função do interesse das famílias no Programa Bolsa Família e pela existência de uma rede de cadastramento nos municípios. Tal rede foi se estruturando com a expansão dos programas de transferência de renda para a população de baixa renda na última década e se fortaleceu com os repasses de recursos financeiros aos municípios e estados, iniciados em 2005 pela gestão federal.

No que tange à melhoria na qualidade das informações, pode-se enumerar quatro fatores determinantes: 1) desenho de um novo instrumento de coleta de dados (Formulário), com conceitos bem definidos e compatíveis com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o processo de capacitação específico para os profissionais que realizam a coleta de dados; 2) aperfeiçoamentos progressivos no sistema operacional de cadastramento, contando com processos de verificação dos dados, que diminuíram a ocorrência de duplicidades e inconsistências cadastrais; 3) implantação, por parte do governo federal, de um sistema de incentivo à atualização cadastral ao apoiar



financeiramente os municípios e os estados; e 4) maior monitoramento da qualidade das informações cadastrais pela Senarc, a partir da disponibilização sistemática das informações pela Caixa.

Assim, entre 2008 e 2010, esteve em desenvolvimento a Versão 7 (V7) do Sistema do Cadastro Único, uma versão online que permite a entrada qualificada dos dados em nível municipal e maior consistência dos dados em nível nacional.

Além do novo Sistema, o novo Formulário para o cadastramento foi desenvolvido a partir de discussões com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os órgãos que utilizam as informações do Cadastro Único.

Além disso, com os novos Formulários, o novo Sistema e os respectivos programas de capacitação, houve aperfeiçoamentos na identificação das populações indígenas e quilombolas, um maior detalhamento nas informações coletadas sobre a população de rua, e abriu-se a possibilidade de identificação de famílias de 12 (doze) novos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Vale ressaltar que, embora tenham sido criadas estratégias para a identificação desses Grupos Populacionais, as informações socioeconômicas coletadas para esses Grupos são as mesmas das outras famílias do Cadastro.

Os seguintes Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos são identificados no Cadastro Único:

- Famílias indígenas;
- Famílias quilombolas;
- Famílias ciganas;
- Famílias extrativistas;
- Famílias de pescadores artesanais;
- Famílias pertencentes à comunidade de terreiro;
- Famílias ribeirinhas;
- Famílias de agricultores familiares;
- Famílias assentadas de reforma agrária;
- Famílias do Programa Nacional do Crédito Fundiário;
- Famílias acampadas;
- Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura;
- Famílias de catadores de material reciclável;
- Famílias de preso do sistema carcerário; e
- Moradores de rua.

Atualmente, o Cadastro possui mais de 25 milhões de famílias registradas e é utilizado por 23 programas do governo federal, entre eles o PBF, constituindo-se na porta de



entrada para o acesso a boa parte das políticas sociais brasileiras, justamente aquelas voltadas para a parcela da população historicamente mais excluída das políticas públicas. Alguns dos “programas usuários”, que são aqueles que utilizam o Cadastro Único como referência para a seleção dos beneficiários, são:

- Auxílio Emergencial Financeiro – Bolsa Estiagem;
- Carta Social;
- Carteira do Idoso;
- Cisternas;
- Habitação de Interesse Social;
- Habitar Brasil BID (HBB);
- Isenção da taxa para concursos públicos;
- Minha Casa, Minha Vida;
- Passe Livre;
- Previdência para Pessoa de Baixa Renda;
- Programa Água para Todos;
- Programa Bolsa Verde;
- Programa Brasil Alfabetizado (PBA);
- Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público (PRÓ-MORADIA);
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti);
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/Assistência Técnica e Extensão Rural;
- Programa Mais Educação
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários;
- ProJovem Adolescente;
- Tarifa Social de Energia Elétrica; e
- Telefone Popular.

A utilização do Cadastro Único, como instrumento de formulação e de planejamento de políticas para as famílias pobres e como ferramenta essencial para promover a oferta integrada de ações, bens e serviços a essa população, ganhou mais destaque com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) em 2011.

Em fevereiro de 2013, havia 25,3 milhões de famílias no Cadastro Único, sendo 23 milhões (91%) com perfil de renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, faixa de renda de seu público prioritário.



Cadastro Único como Base de Informações Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é atualmente a mais importante base de informações para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de programas sociais no Brasil, permitindo a convergência de políticas públicas para a parcela mais pobre da população.

Ainda que este objetivo esteja posto desde a instituição normativa do Cadastro Único, em 2001, ele começa a se concretizar somente com a criação do Programa Bolsa Família, em 2003, e passa a ser amplamente alcançado a partir da criação do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011. O Cadastro Único contém o perfil socioeconômico das famílias, levando-se em consideração o nível de acesso a serviços e algumas das principais vulnerabilidades das famílias pobres do país.

Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, mas as famílias com renda superior também podem ser cadastradas, para a utilização das informações por programas sociais específicos (como é o caso de programas de habitação que selecionam famílias com até 3 (três) salários-mínimos de renda total. Por conta do amplo escopo de programas usuários, é muito importante o trabalho no sentido de garantir a fidedignidade das informações constantes do Cadastro Único.

O Cadastro Único também identifica 15 grupos tradicionais, como as famílias indígenas, quilombolas, ciganas, extrativistas, entre outros, bem como grupos familiares em situações específicas, como catadores de material reciclável, população em situação de rua, acampados, etc.



Cadastro Único em Campinas

Em 31/Dezembro/2015 havia no Cadastro Único de Campinas 64.486 famílias com um total de 194.003 pessoas (média de 3,01 pessoas por família).

Gráfico 01: Percentual de Habitantes – Campinas – por Região –2015

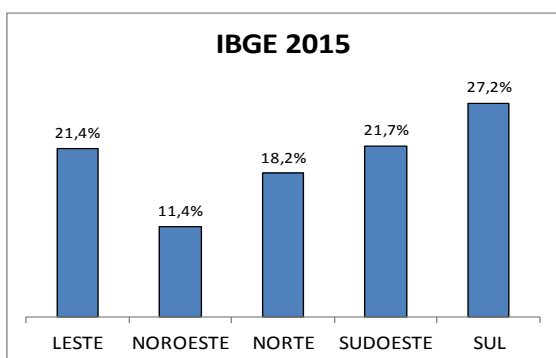


Gráfico 02: Percentual de Pessoas no Cadastro Único – Campinas – por Região – 2015

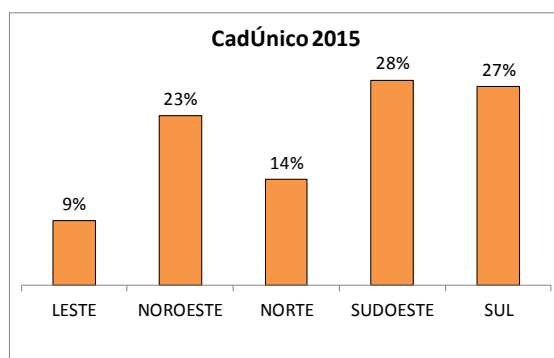
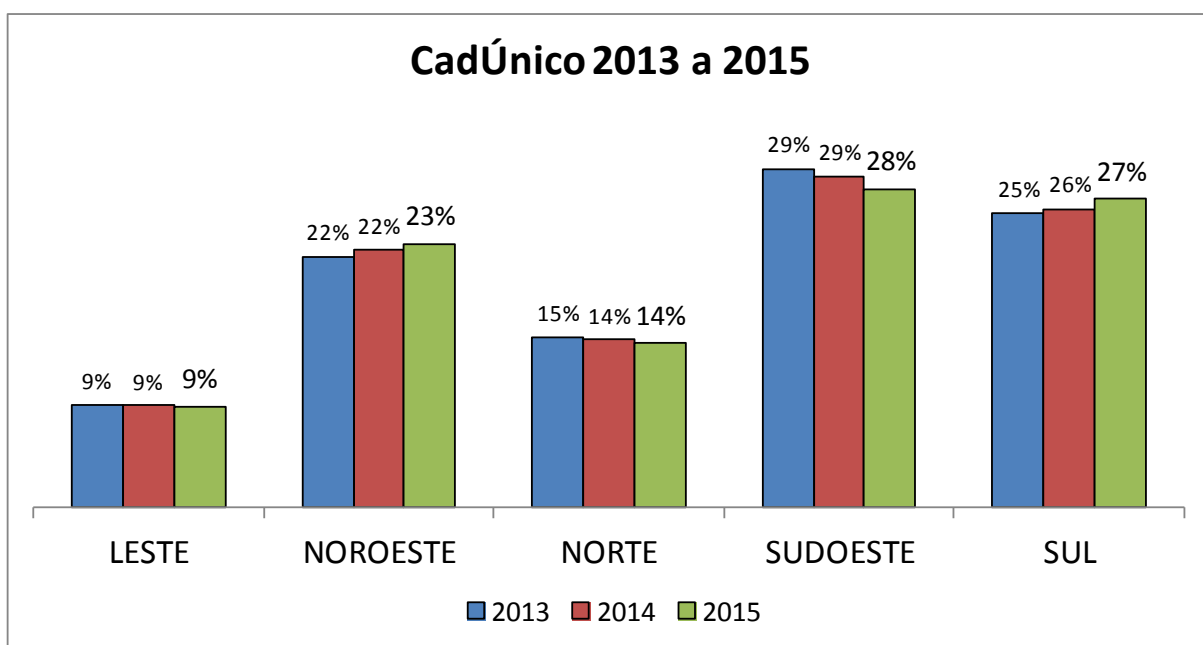


Gráfico 03: Evolução do Percentual de Pessoas no Cadastro Único – Campinas – por Região – 2013 a 2015



a) Atualização Cadastral

Como as informações analisadas são características razoavelmente estáveis, relativas às condições de vida das famílias cadastradas, e como 63% dos cadastros foram



atualizados há menos de 2 anos, entende-se que as informações coletadas pelo Cadastro Único refletem, com fidedignidade, a atual situação socioeconômica das famílias de baixa renda do país.

Gráfico 04: Percentual de Famílias do Cadastro Único por Faixa de Atualização Cadastral – Brasil – 2013

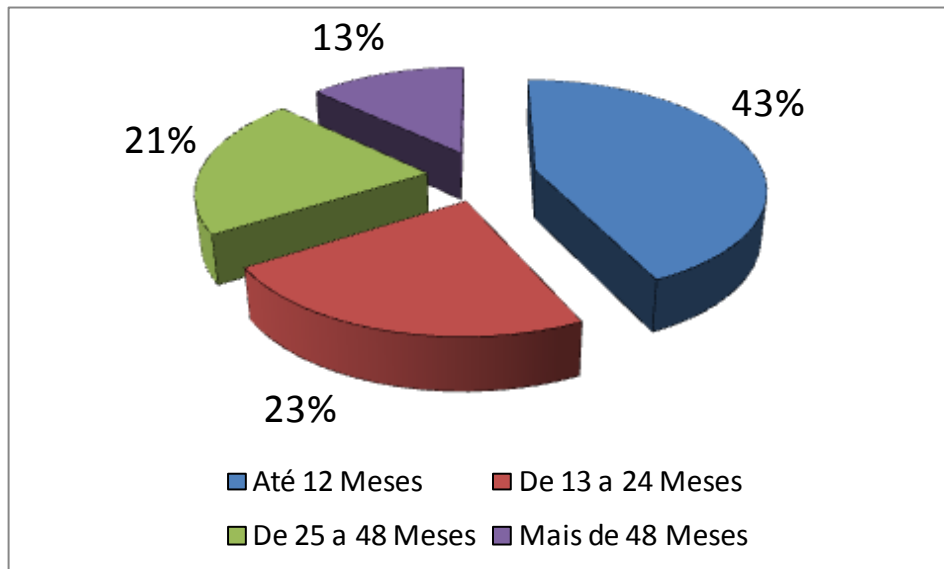


Gráfico 05: Percentual de Famílias do Cadastro Único por Faixa de Atualização Cadastral – Campinas – 2013

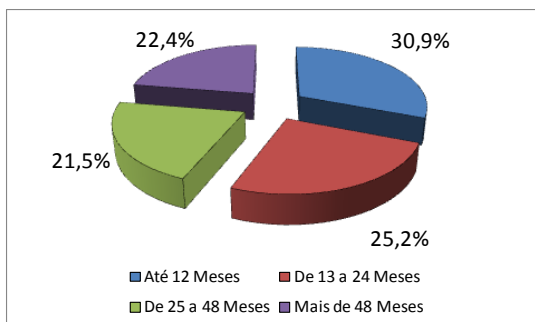


Gráfico 06: Percentual de Famílias do Cadastro Único por Faixa de Atualização Cadastral – Campinas – 2015

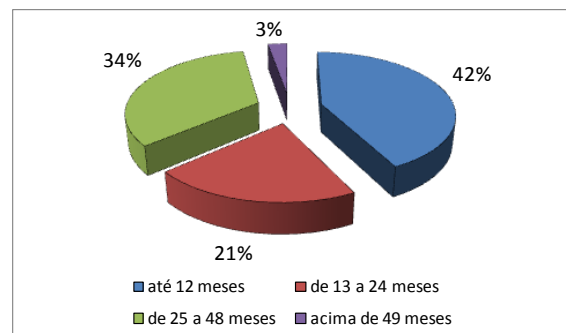




Gráfico 07: Percentual de Atualização Cadastral das Famílias de Campinas do Cadastro Único – por Região - 2013

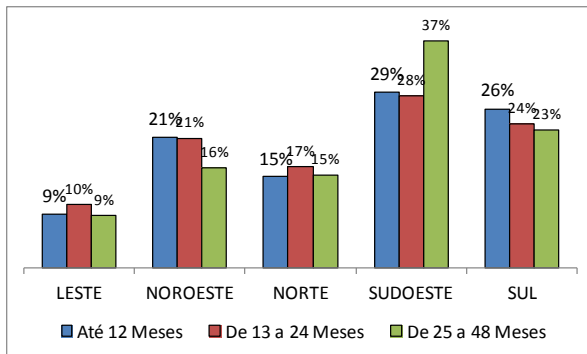
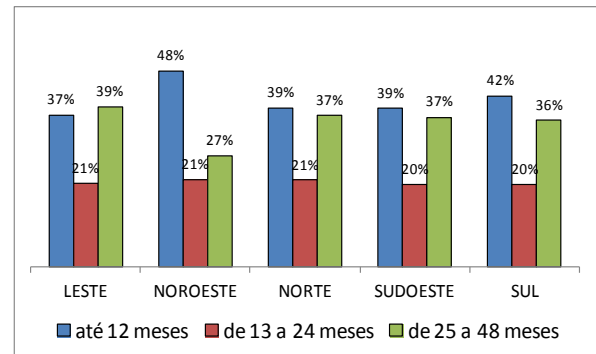


Gráfico 08: Percentual de Atualização Cadastral das Famílias de Campinas do Cadastro Único – por Região - 2015



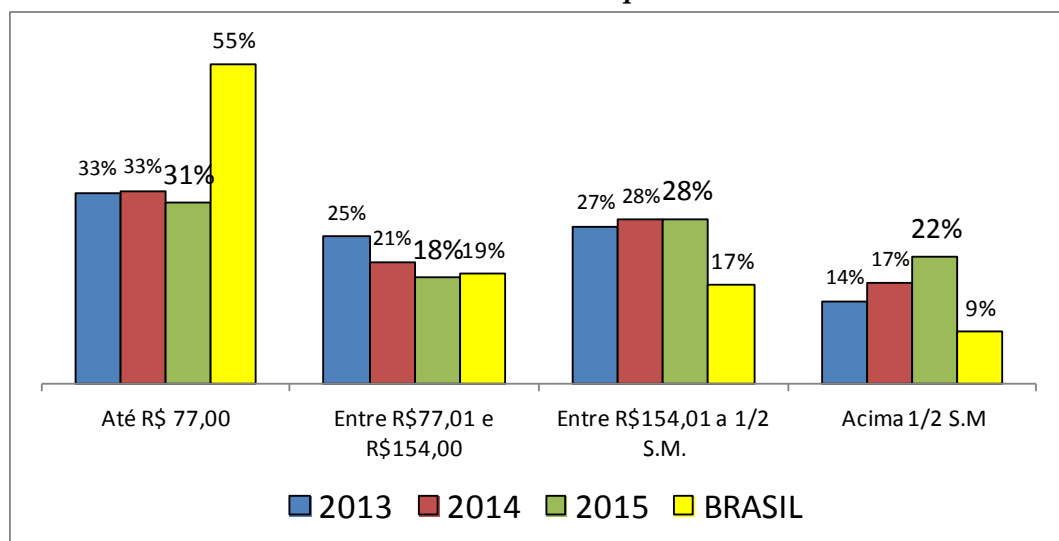
b) Cadastro Único por Faixa de Renda e Região

Em 2013, das mais de 23 milhões de famílias cadastradas no Brasil, totalizando quase 80 milhões de pessoas, a maioria de 55% das famílias situava-se na faixa de extrema pobreza (renda inferior a R\$ 70,00 mensais *per capita*), por ser o público prioritário das políticas e dos programas governamentais que se utilizam do Cadastro Único. E com renda abaixo de 1/2 Salário Mínimo mensal *per capita* estavam 91% das famílias.

Em Campinas, em 2013, eram 71.589 famílias cadastradas, que ao contrário do cenário brasileiro, a minoria estava na faixa de extrema pobreza, num total de 35% das famílias.

Esse percentual diminuiu em 2015, passando para 31% das famílias cadastradas, aproximadamente 20.000 famílias.

Gráfico 09: Comparativo do Percentual de Famílias de Campinas versus Brasil por Faixa de Renda Mensal *Per Capita* – 2013 a 2015





No caso de renda mensal *per capita*, comparativamente ao valor de referência de até 1/2 Salário Mínimo, em 2013, Campinas tinha um total de 85% de famílias com renda mensal abaixo desse valor, num percentual próximo do cenário nacional de 91%.

Pode-se verificar, comparando-se os Gráficos 10 e 11 a seguir, que o percentual de famílias no Cadastro Único com renda *per capita* mensal superior a 1/2 salário mínimo vigente passou de 14% para 22% de 2013 a 2015, um aumento de 8% em 2 anos.

As regiões onde ocorreram os maiores aumentos dessas famílias foram nas regiões Noroeste, Sudoeste e Sul da cidade, de acordo com os Gráficos 12 e 13.

Gráfico 10: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – 2013

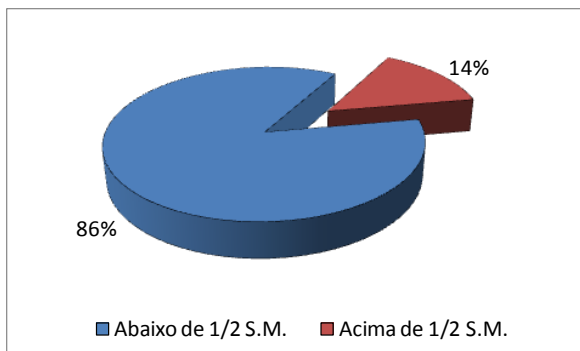


Gráfico 11: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – 2015

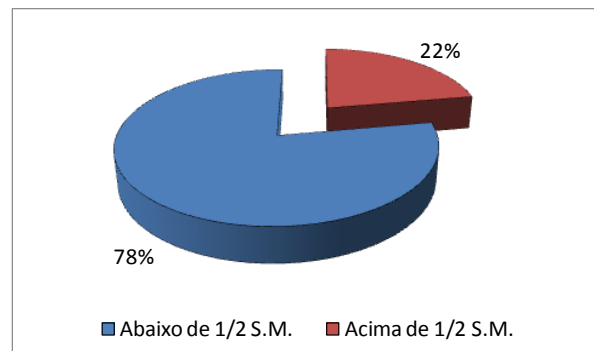


Gráfico 12: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – Por Região - 2013

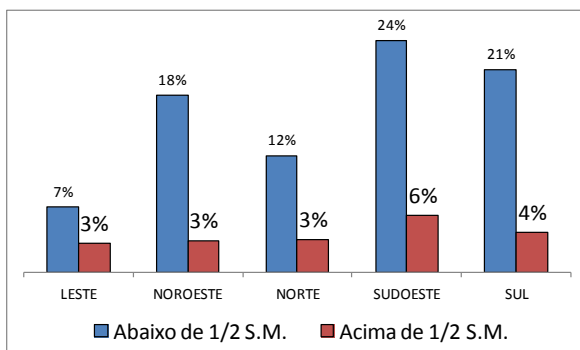


Gráfico 13: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – Por Região - 2015

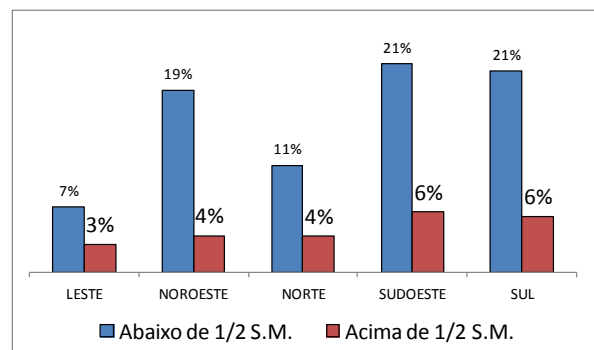




Gráfico 14: Percentual de Famílias no Cadastro Único de Campinas – por Região – 2015

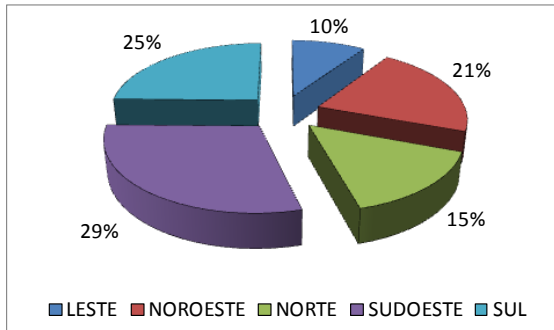


Gráfico 15: Percentual de Famílias no Cadastro Único de Campinas – por Faixa de Renda – 2015

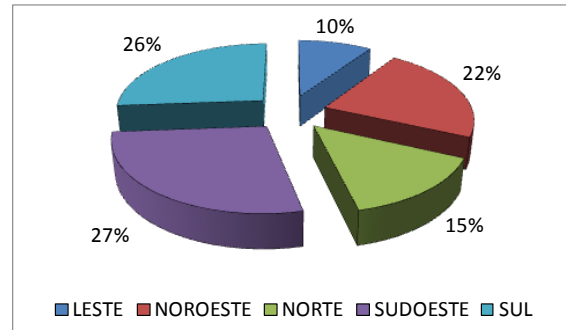
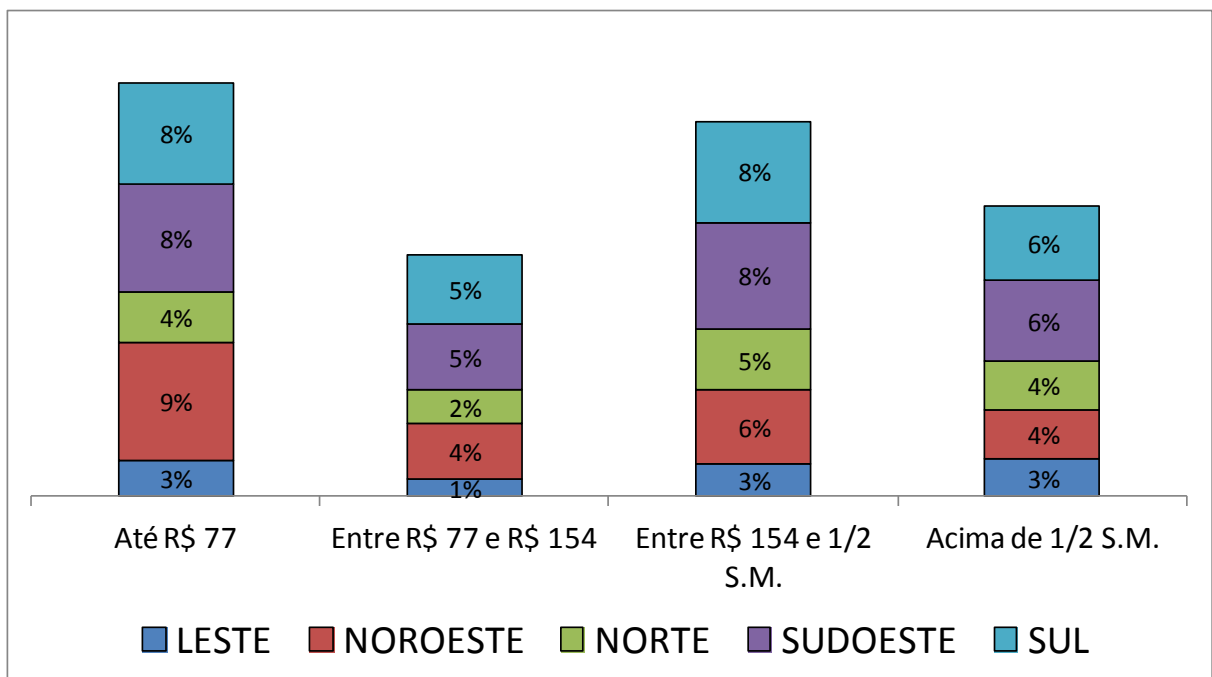


Gráfico 16: Percentual de Famílias no Cadastro Único de Campinas – por Faixa de Renda Mensal *Per Capita* – com Região Identificada – 2015



Ao contrário do Brasil que tinha em 2013 um total de 55% de famílias na extrema pobreza, que corresponde à renda familiar *per capita* de até R\$ 77,00, Campinas possui um percentual de 32%. Já com as famílias com renda *per capita* acima de meio salário-mínimo, enquanto no Brasil o percentual é de apenas 9%, em Campinas esse grupo é de 23% dos registros.

c) Cadastro Único – Informações das Pessoas que Compõem os Domicílios

A informação do número de pessoas por domicílio foi preenchido em 84,6% dos registros no cadastro. Dentre as famílias, cujos números de pessoas que as compõe foram



preenchidos, pode ser observado no Gráfico 16 a seguir que 12% delas possuem apenas um indivíduo cadastrado e 2,0% delas com 7 pessoas ou mais.

Gráfico 17: Percentual de Famílias pelo Número de Pessoas que Compõe o Domicílio – 2015

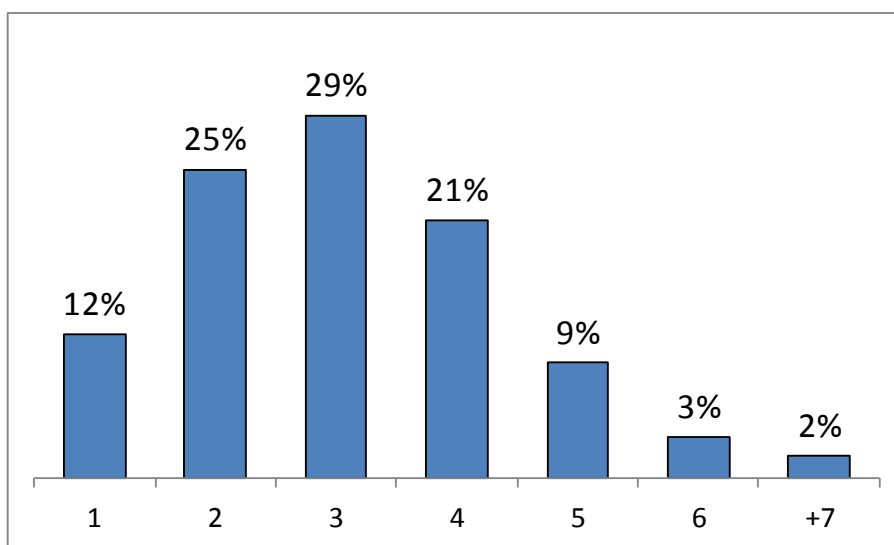
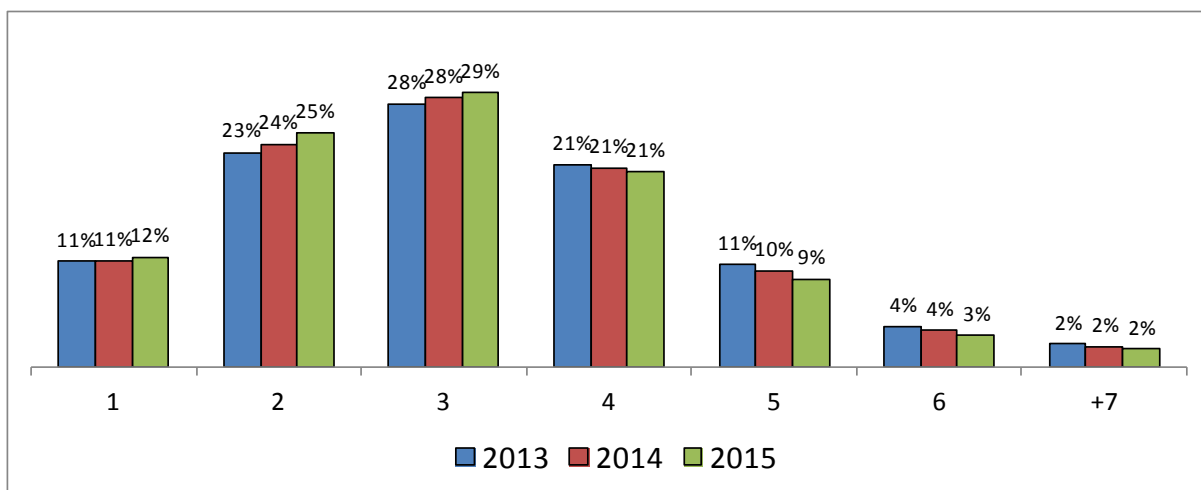


Gráfico 18: Quantidade de Famílias pelo Número de Pessoas que Compõe o Domicílio – 2013 a 2015



Pode ser observado no Gráfico 18 um aumento percentual de 2013 a 2015 na quantidade de famílias com uma, duas ou três pessoas por domicílio. No caso dos domicílios com duas pessoas, o aumento nesse período foi de 2% e nos com uma ou três pessoas, de 1%.

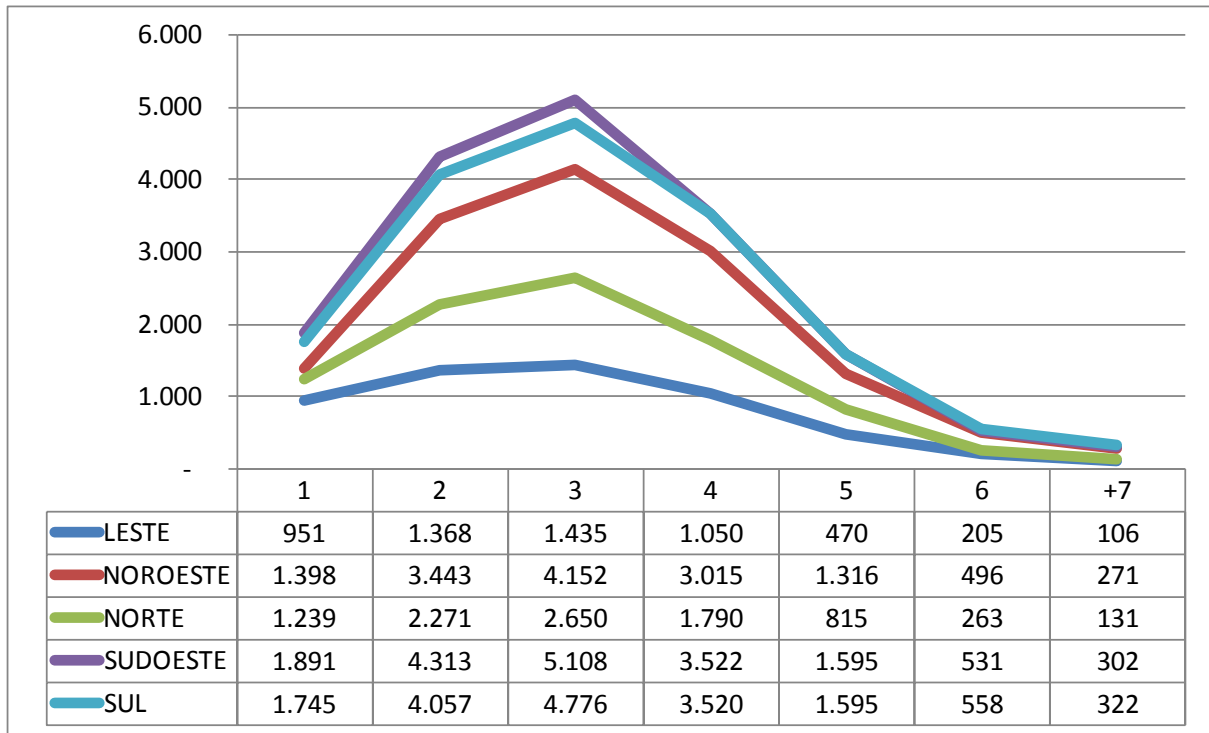
Já no Gráfico 19, no qual a quantidade de famílias foi contabilizada por região e pelo número de pessoas por domicílio, observa-se um comportamento similar em todas as



regiões da cidade, onde prevalecem as famílias com duas ou três pessoas por domicílio, seguidas pelas que possuem 4 pessoas e por uma pessoa, respectivamente, grupos que representam 87% dos domicílios.

Em ordem decrescente de famílias estão as regiões Sudoeste, Sul, Noroeste, seguidas por Norte e Leste, isso ocorrendo em todas as quantidades de pessoas por domicílio.

Gráfico 19: Quantidade de Famílias pelo Número de Pessoas por Domicílio – por Região – 2015



d) Cadastro Único pela Faixa Etária das Pessoas

Gráfico 20: Quantidade de Pessoas – por Faixa Etária – por Região – 2015

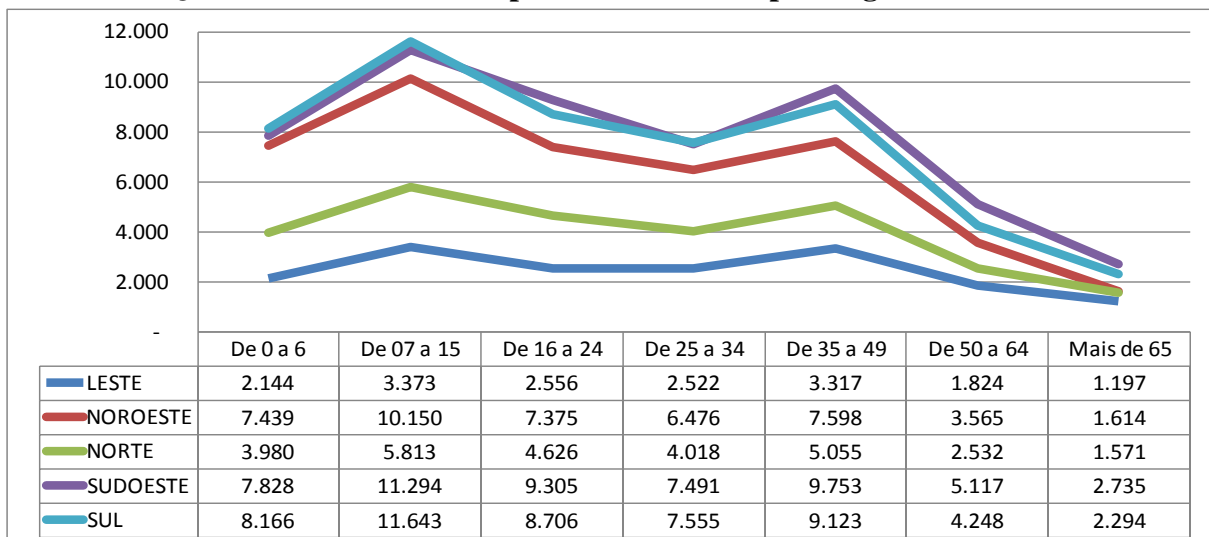




Gráfico 21: Percentual de Pessoas – por Faixa Etária – 2015

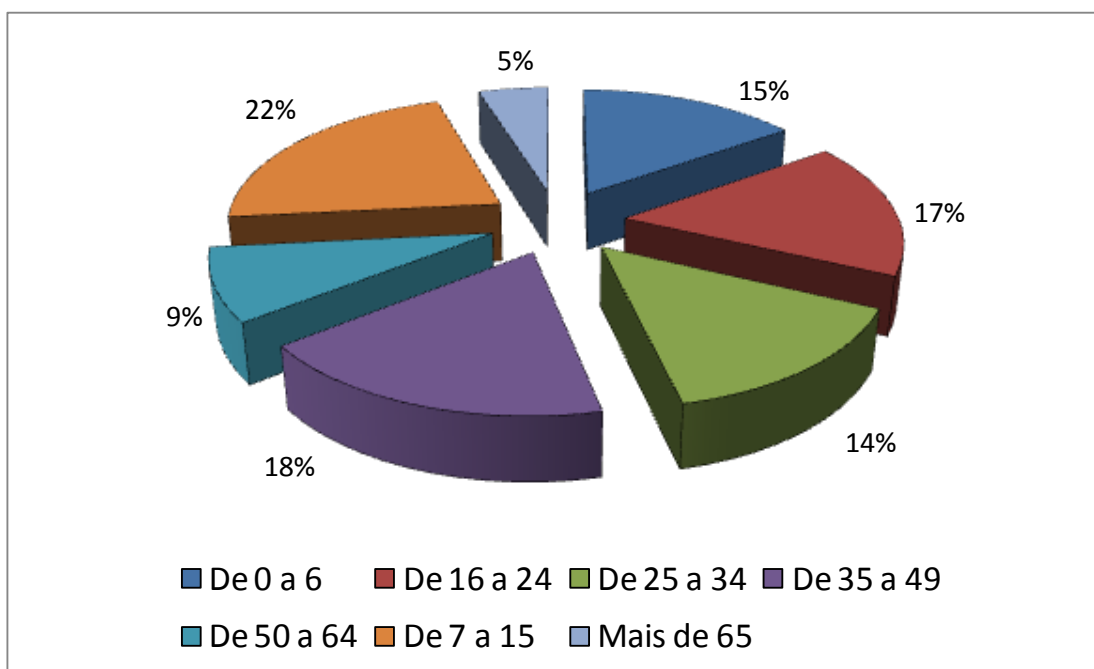


Tabela 01: Número de Pessoas – por Faixa Etária – por Região de Atuação de CRAS ou DAS – 2015

Faixa Etária	CRAS BANDEIRAS	CRAS CAMPO BELO	CRAS CAMPOS ELISEOS	CRAS ESPACO ESPERANCA	CRAS FLAMBOYANT	CRAS FLORENCE
De 0 a 6	1.672	2.593	1.506	921	669	1.172
De 07 a 15	2.444	3.517	2.170	1.433	1.020	1.611
De 16 a 24	1.973	2.538	1.896	1.208	788	1.093
De 25 a 34	1.578	2.129	1.520	1.140	692	1.045
De 35 a 49	1.960	2.343	2.048	1.267	846	1.267
De 50 a 64	827	954	1.262	660	401	634
Mais de 65	327	323	866	298	197	250
Total	10.781	14.397	11.268	6.927	4.613	7.072

Faixa Etária	CRAS NELSON MANDELA	CRAS NOVO TEMPO	CRAS RECANTO ANHUMAS	CRAS SAO LUIS	CRAS SATELITE IRIS	CRAS VILA REGGIO	TOTAL CRAS
De 0 a 6	1.735	1.069	505	769	1.953	619	15.183
De 07 a 15	2.555	1.377	813	1.096	2.570	807	21.413
De 16 a 24	1.961	1.162	647	1.047	1.753	685	16.751
De 25 a 34	1.536	909	632	661	1.596	545	13.983
De 35 a 49	2.096	1.055	800	959	1.705	677	17.023
De 50 a 64	871	482	440	405	677	326	7.939
Mais de 65	350	181	244	121	239	162	3.558
Total	11.104	6.235	4.081	5.058	10.493	3.821	95.850



Faixa Etária	DAS LESTE	DAS NOROESTE	DAS NORTE	DAS SUDOESTE	DAS SUL	TOTAL DAS
De 0 a 6	970	3.545	2.440	3.518	3.901	14.374
De 07 a 15	1.540	4.873	3.573	5.192	5.682	20.860
De 16 a 24	1.121	3.482	2.733	4.286	4.195	15.817
De 25 a 34	1.198	3.174	2.333	3.526	3.848	14.079
De 35 a 49	1.671	3.667	3.111	4.554	4.820	17.823
De 50 a 64	983	1.849	1.546	2.502	2.467	9.347
Mais de 65	756	1.004	1.111	1.338	1.644	5.853
Total	8.239	21.594	16.847	24.916	26.557	98.153

e) Cadastro Único pelas Condições de Saneamento Básico

De acordo com o impresso oficial do MDS, um dos critérios para análise da moradia das famílias é o acesso simultâneo a:

- Rede geral de distribuição de água;
- Rede coletora de esgoto ou pluvial;
- Energia elétrica com medidor próprio; e
- Coleta direta de lixo.

Gráfico 22: Percentual de Famílias com Acesso Simultâneo às Condições de Saneamento Básico – 2015

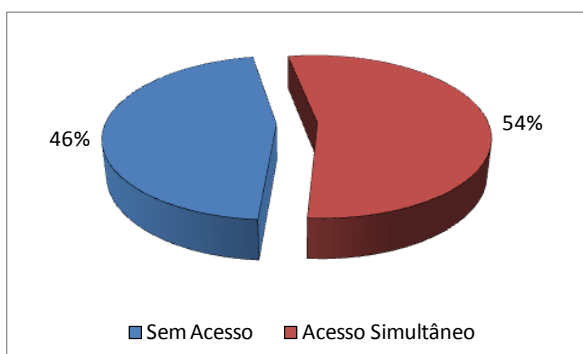


Gráfico 23: Percentual de Famílias com Acesso Simultâneo às Condições de Saneamento Básico – por Região – 2015

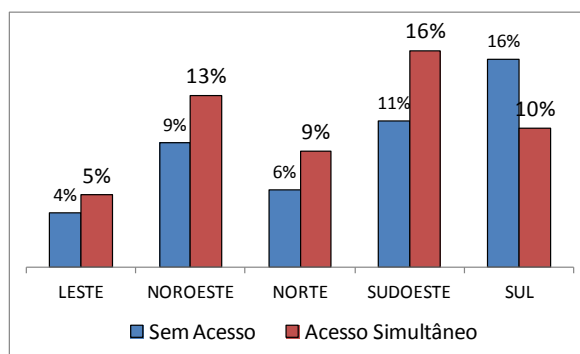
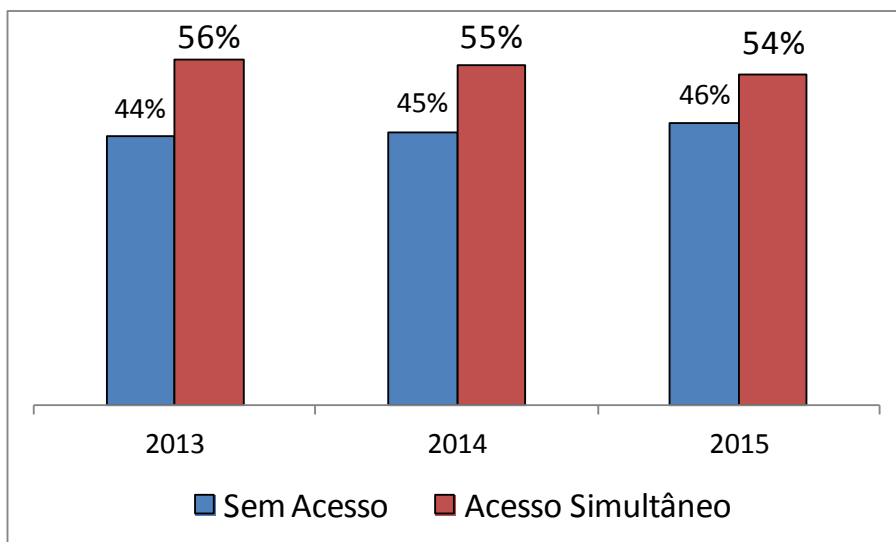




Gráfico 24: Percentual de Famílias com Acesso Simultâneo às Condições de Saneamento Básico – 2013 a 2015



f) Cadastro Único pelas Características de Escolaridade

Das pessoas cadastradas que responderam às informações de escolaridade, observa-se um percentual de pessoas com 25 anos ou mais;

- que se declararam que sabem ler e escrever de 92,9%;
- com ensino fundamental completo de 62,3%;
- com ensino médio completo de 36,1%;

Por região, temos os seguintes gráficos abaixo:

Gráfico 25: Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais e que se Declararam Saber Ler e Escrever – por Região – 2015

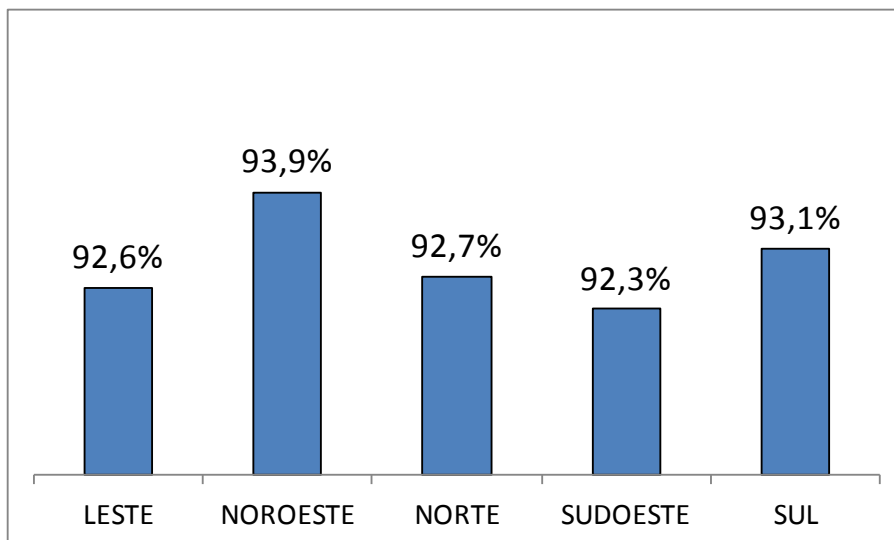
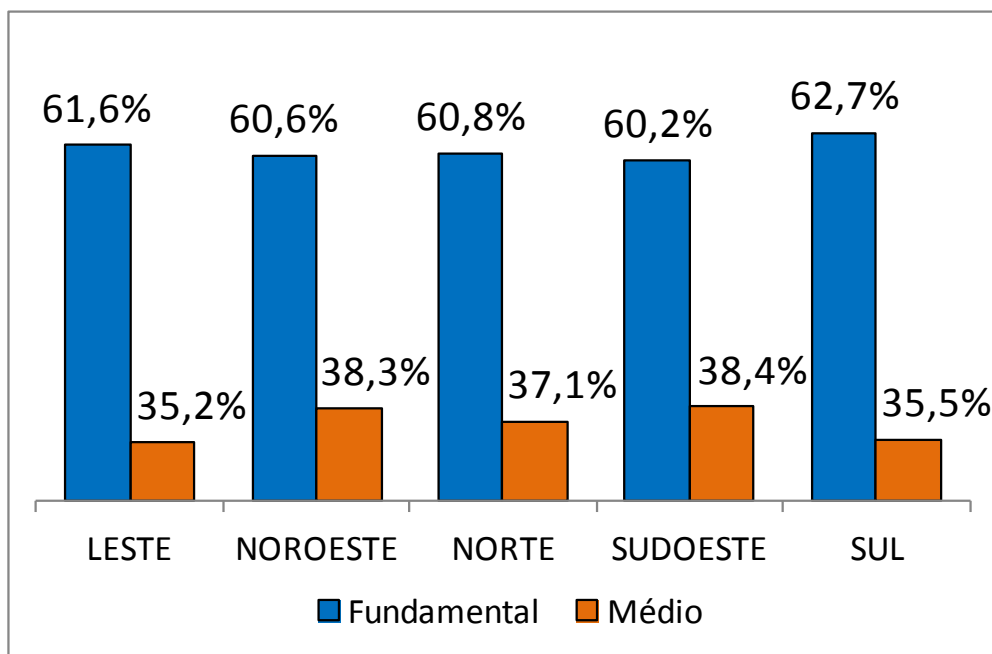




Gráfico 26: Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais – por Grau de Escolaridade Completo – por Região – 2015



g) Cadastro Único pelo tipo de Ocupação Principal

Das pessoas que informaram a ocupação principal, fonte de remuneração, observa-se a seguinte distribuição percentual dos registros:

Gráfico 27: Percentual de Pessoas – por tipo de Ocupação Principal – 2015

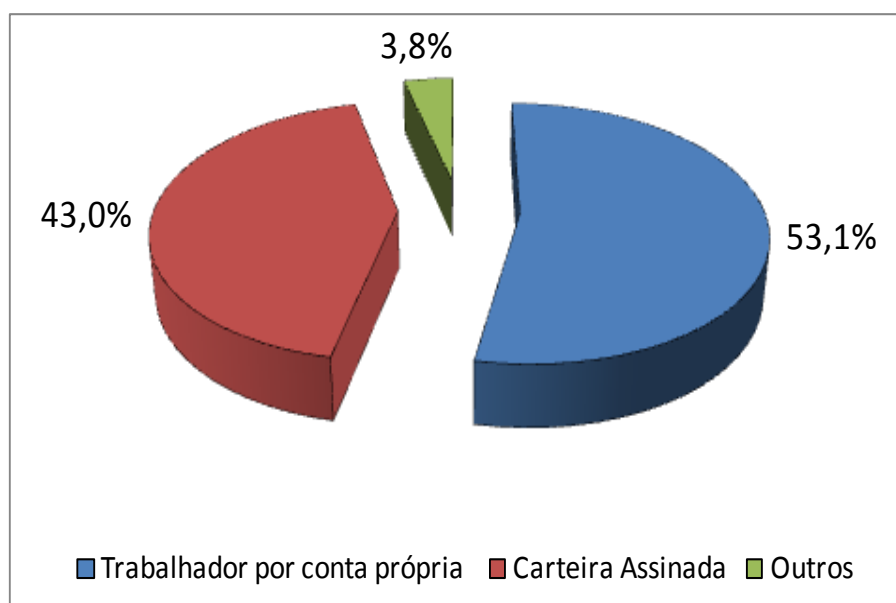




Gráfico 28: Percentual de Pessoas – por tipo de Ocupação Principal – por Região – 2015

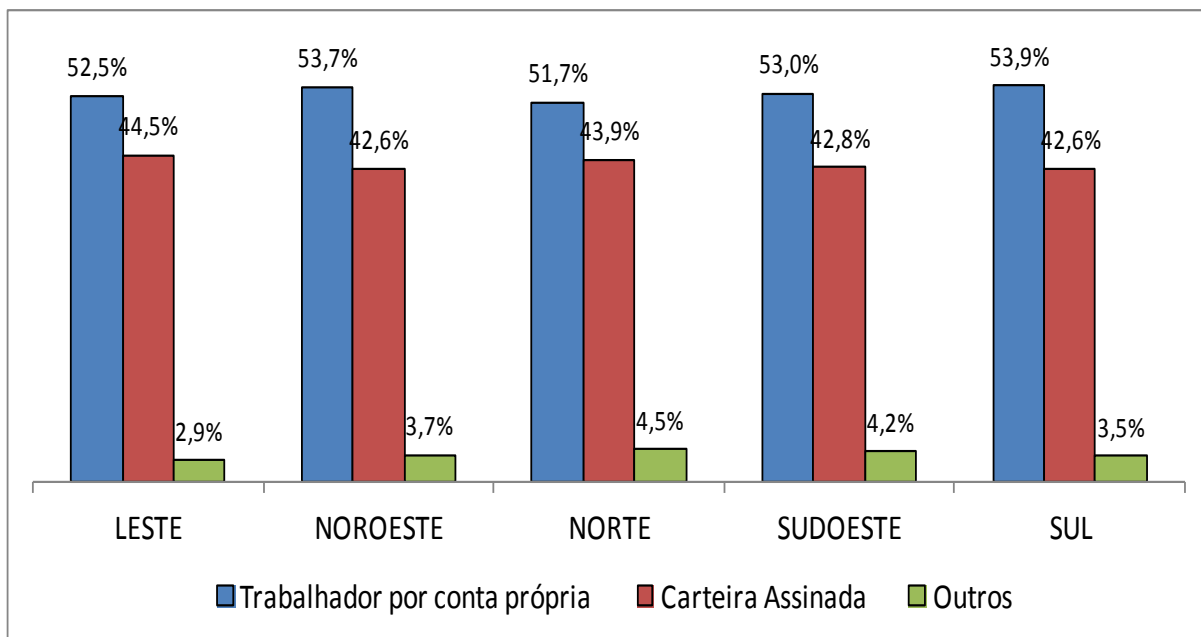


Gráfico 29: Quantidade de Trabalhadores por Conta Própria – por Região – 2013 a 2015

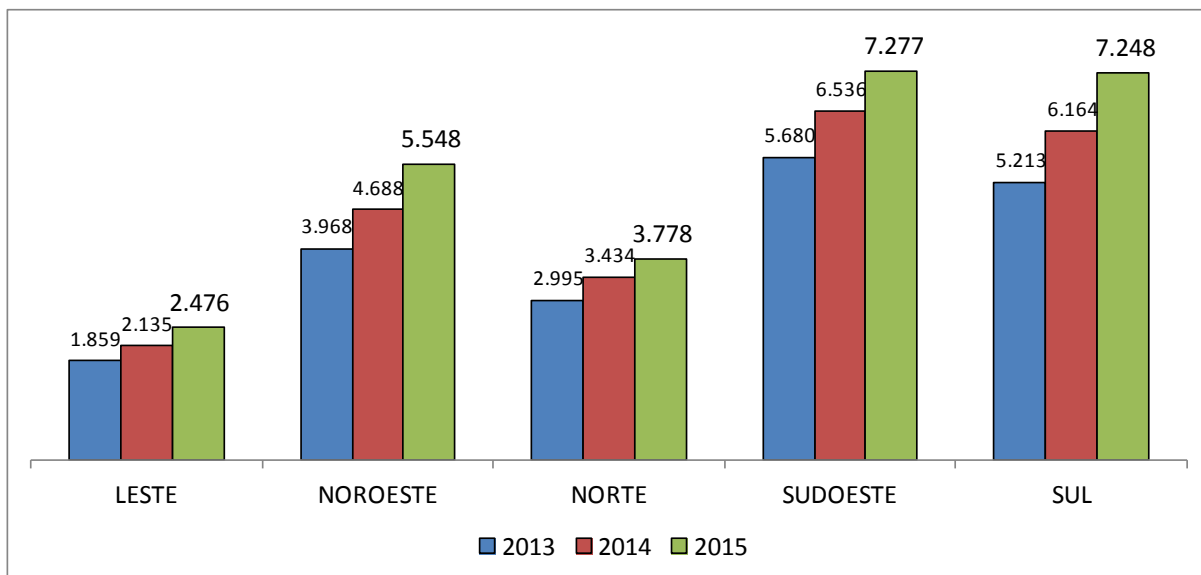




Tabela 02: Número de Pessoas que Trabalham por Conta Própria ou com Carteira de Trabalho Assinada – por Faixa Etária – por Região de Atuação de CRAS ou DAS – 2015

Ocupação Principal	Faixa Etária	CRAS BANDEIRAS	CRAS CAMPO BELO	CRAS CAMPOS ELISEOS	CRAS ESPACO ESPERANCA	CRAS FLAMBOYANT	CRAS FLORENCE	CRAS NELSON MANDELA	CRAS NOVO TEMPO	CRAS RECANTO ANHUMAS
Trabalhador por Conta Própria	Entre 18 a 24	173	234	154	88	47	72	119	106	33
	Entre 25 a 34	455	693	446	265	200	259	428	254	176
	Entre 35 a 39	241	340	256	136	120	136	245	122	99
	Entre 40 a 44	227	251	214	134	115	110	228	103	77
	Entre 45 a 49	165	203	182	94	70	98	146	94	73
	Entre 50 a 54	114	135	144	66	50	64	103	52	59
	Entre 55 a 59	81	82	94	53	29	32	63	34	41
	Entre 60 a 64	38	58	65	39	26	29	47	28	29
Maior que 65	29	33	40	20	8	7	22	9	22	
Subtotal		1.523	2.029	1.595	895	665	807	1.401	802	609
Empregado com Carteira Assinada	Entre 18 a 24	176	205	163	95	56	84	176	91	62
	Entre 25 a 34	389	395	351	339	163	211	374	178	178
	Entre 35 a 39	218	224	188	155	92	122	211	95	100
	Entre 40 a 44	161	167	159	113	73	98	175	74	89
	Entre 45 a 49	142	115	135	95	57	66	135	58	66
	Entre 50 a 54	69	77	99	67	38	53	66	57	36
	Entre 55 a 59	22	37	58	42	12	20	39	23	36
	Entre 60 a 64	25	17	22	18	6	15	19	6	20
Maior que 65	10	1	13	5	6	5	8	6	5	
Subtotal		1.212	1.238	1.188	929	503	674	1.203	588	592
Total geral		2.735	3.267	2.783	1.824	1.168	1.481	2.604	1.390	1.201

Ocupação Principal	Faixa Etária	CRAS SAO LUIS	CRAS SATELITE IRIS	CRAS VILA REGGIO	DAS LESTE	DAS NOROESTE	DAS NORTE	DAS SUDOESTE	DAS SUL	Não Identificado	Total
Trabalhador por Conta Própria	Entre 18 a 24	61	164	47	92	254	189	349	305	13	2.500
	Entre 25 a 34	178	485	148	332	848	691	966	1.080	38	7.942
	Entre 35 a 39	108	258	83	218	474	401	575	640	14	4.466
	Entre 40 a 44	111	162	83	160	382	319	473	498	14	3.661
	Entre 45 a 49	101	147	60	124	276	254	368	416	15	2.886
	Entre 50 a 54	49	83	49	92	210	194	284	271	8	2.027
	Entre 55 a 59	28	32	21	68	110	129	205	209	18	1.329
	Entre 60 a 64	14	41	22	77	80	117	151	160	12	1.033
Maior que 65	8	21	16	37	38	52	84	89	3	538	
Subtotal		658	1.393	529	1.200	2.672	2.346	3.455	3.668	135	26.382
Empregado com Carteira Assinada	Entre 18 a 24	86	126	63	89	315	215	368	372	7	2.749
	Entre 25 a 34	121	296	109	262	727	539	813	942	29	6.416
	Entre 35 a 39	72	155	48	151	343	304	446	545	15	3.484
	Entre 40 a 44	66	128	56	120	297	258	395	412	9	2.850
	Entre 45 a 49	56	71	34	93	208	194	265	316	13	2.119
	Entre 50 a 54	29	45	29	67	135	107	180	193	2	1.349
	Entre 55 a 59	14	31	13	42	84	64	104	114	3	758
	Entre 60 a 64	8	5	8	20	45	31	57	51	2	375
Maior que 65	5	1	3	10	16	17	23	20		154	
Subtotal		457	858	363	854	2.170	1.729	2.651	2.965	80	20.254
Total geral		1.115	2.251	892	2.054	4.842	4.075	6.106	6.633	215	46.636

h) Cadastro Único pela Raça/Cor das Pessoas

Pelo critério de Raça ou Cor declarada, observa-se um total de 97,9% de preenchimento na cidade de Campinas. As pessoas declaradas amarelas e indígenas somam apenas 0,3% dos registros. Dos demais, a predominância é da cor parda com 45,7% das pessoas, seguida da cor branca com 42,1%, cor negra com 10,1%, conforme gráfico abaixo:



Gráfico 30: Percentual de Pessoas – por Raça/Cor – 2015

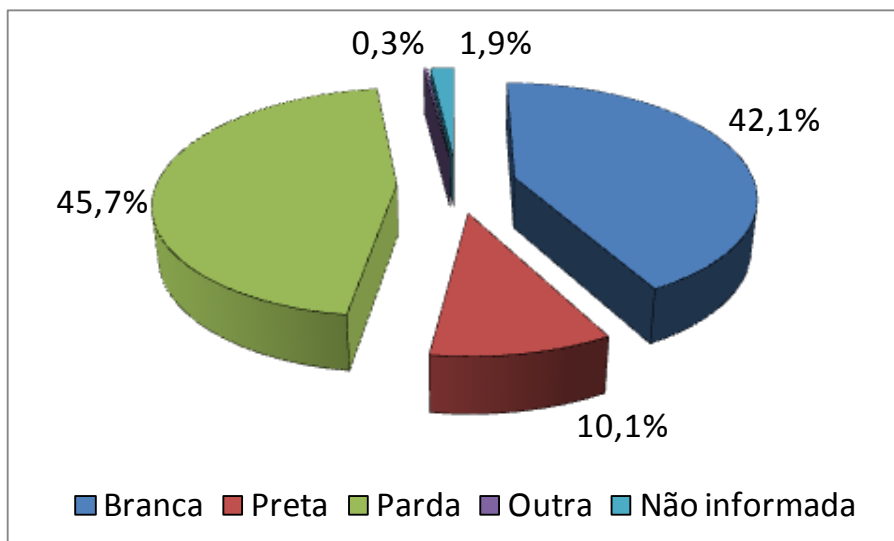
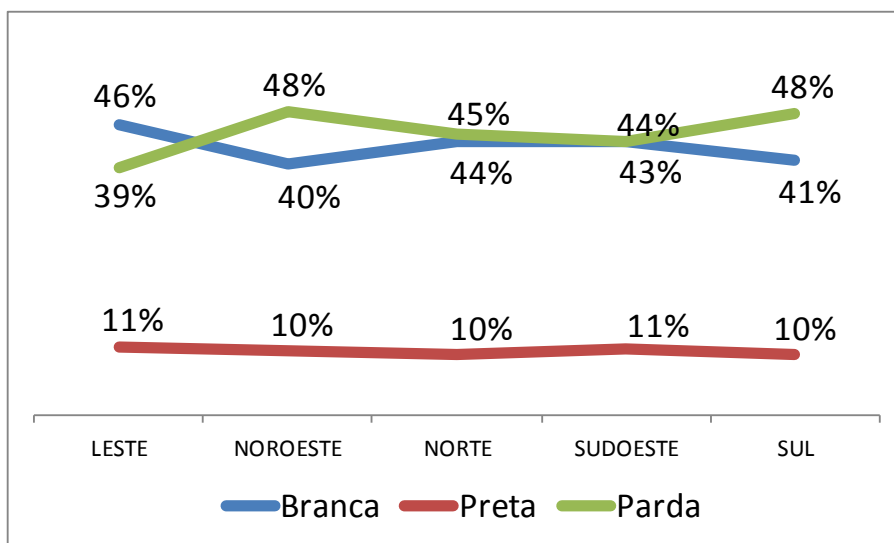


Gráfico 31: Percentual de Pessoas – por Raça/Cor – por Região – 2015



Em síntese os dados apresentados neste documento permitem visualizar a dimensão do Cadastro Único no município. Através dos gráficos e tabelas foi possível analisar diversas variáveis que compõe o cadastro dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre elas: renda familiar, renda *per capita*, quantidade de pessoas no domicílio, faixa etária das pessoas cadastradas, escolaridade, situação do saneamento básico nas residências, ocupação, quantidade de trabalhadores em situação formal e informal de trabalho e percentual da população cadastrada segundo raça/cor.

Os dados trazem ainda um comparativo do perfil das famílias e pessoas cadastradas em Campinas e no Brasil e outro comparativo da realidade do Cadastro Único no município entre 2013 e 2015, com o qual foi possível identificar a evolução do número de cadastros e



atualizações nesse período, além de mostrar as alterações nas condições econômicas e sociais vivenciadas pelas famílias.

Considerando a abrangência do cadastro em Campinas alguns dados foram divididos por região e outros por território de DAS e CRAS, conforme a organização da política de assistência social no município, possibilitando a análise territorializada das informações referentes as famílias e pessoas residentes em determinado território. Assim, o documento configura-se em uma ferramenta importante, podendo nortear ações de planejamento por parte da gestão municipal e auxiliar nas ações estratégicas com as famílias atendidas nos diferentes equipamentos.